

Instituição teme privatização da escola pública

Professora da UFRJ quer a incorporação, na LDB, de artigos preparados pela Câmara dos Deputados

EDMILSON SILVA

RIO — O Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública, entidade que reúne dezenas de instituições, não concorda com os rumos tomados pelo novo projeto de Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação, de autoria do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ). O fórum avalia que o principal risco contido no substitutivo do senador é o da privatização do ensino público. "Prendemos trazer o projeto original e não permitir que os seis anos de debate sejam simplesmente aniquilados, com um projeto desconhecido, reductionista e de meia dúzia de iluminados", reivindica a professora Ana Maria Ribeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Os críticos querem que a LDB incorpore artigos de um projeto com o mesmo objetivo preparado pela Câmara dos Deputados, o PLC 101/93. Ao todo, já foram incorporadas ao projeto de Darcy 1.300 emendas e não há data prevista para que o documento entre em votação.

"A esperança é conseguir tirar o projeto do Darcy de cena", disse Ana Maria, espécie de porta-voz do fórum. Ela vê conexões entre o substitutivo de Darcy e o projeto proposto pelo ministro da Administração Federal Bresser Pereira, que prevê a "publicização" das universidades. "Isso é um eufemismo para privatização o ponto", explicou Ana Maria.

Darcy Ribeiro nega a intenção e assegura que é contra o pagamento de mensalidades nas universidades públicas. "Criaria uma situação vexatória ao permitir que os mais ricos continuem com vantagens", afirmou o senador.

Ana Maria critica também o fato de o projeto de Darcy propor o fim da regulamentação das profissões, exceto as das áreas de saúde, engenharia e direito. A professora não concorda com o repasse mensal dos recursos federais aos estados e nem com a retirada das universidades do Regime Jurídico Único, o que obrigaria a cada entidade criar o seu próprio plano de carreira.

Para defender o projeto da Câmara, Ana Maria lembra que nele há a especificação de como deve ser a educação especial e indígena, além de deixar claro que o ensino médio deve estar voltado para a capacitação do aluno ao trabalho. Ela diz que no projeto de Darcy a educação especial é apenas tratada superficialmente. "Isso já está virando uma novela", avaliou a especialista, lembrando que a última LDB, mais conhecida como a Lei 5.692, de 1971, levou 10 anos para ser aprovada.

"Não vejo possibilidade alguma de o Brasil realmente melhorar qualitativamente com essa educação que vem sendo praticada por aqui", advertiu Darcy Ribeiro, criador das universidades de Brasília (UnB) e, mais recentemente, da Estadual do Norte Fluminense (LENF), no Norte fluminense.